

MANDATO SEM MEDO

Lugar de mulher é onde ela foi eleita!



Guia de Enfrentamento à Violência

Política de Gênero e Raça



Rede A Ponte: fortalecendo mulheres na política

A Rede A Ponte reúne mulheres especialistas em políticas públicas e gestão de mandatos para promover a carreira de mulheres na política e fortalecer a representatividade da democracia brasileira. Diante da Violência Política de Gênero e Raça como obstáculo à permanência, a Rede apresenta o relatório ***“Violência Política de Gênero e Raça no Legislativo Municipal: Diagnóstico, Enfrentamento e Incidência”***. O estudo torna visíveis as dinâmicas e os desafios enfrentados por parlamentares acompanhadas, além de apontar caminhos para o aprimoramento de políticas públicas, instrumentos jurídicos e estratégias de enfrentamento.



Onde, como e quem são as vítimas da violência política?

Segundo relatório da Rede A Ponte,



Como gênero e raça atravessam a violência política ?

Essa realidade não afeta todas as mulheres da mesma forma, a raça influencia como os ataques acontecem e são silenciados. Por isso, **para a Rede A Ponte, não é possível falar sobre violência política contra mulheres sem falar também sobre raça.**

Mas afinal, o que isso significa?

Significa que essa violência pode acontecer ao mesmo tempo por gênero, raça e também no campo político. Ou seja, a vítima é atingida tanto por ser mulher quanto por seu pertencimento racial, principalmente quando ocupa ou se expõe no espaço público e político. Essas práticas atingem mulheres cis ou trans, parlamentares ou não.



77%
dos casos ocorrem
nas **Casas Legislativas**

80%

o autor é um
parlamentar.

- 1** A cada **10** mulheres negras eleitas, **8** sofrem violência política de gênero e raça.
- 2** Mulheres negras acumulam mais tipos de violência por caso: em média, **3,63** tipos de violência por relato, contra **3,38** entre mulheres não negras.
- 3** Mulheres negras também respondem por **92%** dos episódios de violência ocorridos dentro do próprio partido político, **11** de **12** registros.
- 4** Os casos mais vulneráveis da amostra estão no interior: a taxa de denúncia é de 17%, contra 50% nas capitais. Há relatos de agentes do sistema de justiça desencorajando denúncias.
- 5** **77%** dos casos de violência política de gênero e raça ocorrem dentro das Casas Legislativas.
- 6** Em **80%** dos registros, o autor identificado é um parlamentar, categoria que inclui colegas de diferentes casas legislativas.
- 7** A violência psicológica está presente em **89%** dos casos, a simbólica em **82%** e a moral em **59%**.





Isso não é coincidência: é um método.

Raça, gênero e território atravessam de forma direta as experiências de violência política nos espaços de poder.

Silenciar, constranger ou impedir a atuação de mulheres na política é crime!

A **Lei 14.192/2021** que altera o Código Eleitoral, junto às alterações no Código Penal trazidas pela **Lei nº 14.197/2021**, transformou a violência política de gênero e raça em crime. Isso significa que não se trata apenas de uma conduta inadequada, brincadeira ou falta de ética: **é CRIME**, com pena prevista de 01 a 04 anos de reclusão.

A violência política de gênero e raça pode se manifestar de diferentes formas no cotidiano da vida política. Muitas dessas práticas são **naturalizadas ou nem sempre imediatamente reconhecidas** como violência. Identificar como elas aparecem no exercício da atuação política é o primeiro passo para combatê-las.



Reconhecendo situações de violência política de gênero e raça

As situações marcadas como **'SIM'** ajudam a identificar contextos de violência política de gênero e raça

1) Fui interrompida constantemente durante reuniões, plenários ou comissões. Também tive minha fala desacreditada ou ignorada.

☐ Sim 

☐ Não 

→ *Você pode ter sido vítima de violência psicológica.*

2) Fui excluída de espaços de decisão, articulações ou relatorias importantes sem justificativa.

☐ Sim 

☐ Não 

→ *Você pode ter sido vítima de violência simbólica*

3) Tive retenção de verbas, falta de apoio partidário ou bloqueio de recursos destinados à minha atuação política.

☐ Sim 

☐ Não 

→ *Você pode ter sido vítima de violência econômica*

4) Fui alvo de processos, denúncias ou acusações sem embasamento, utilizados para desgastar minha imagem e enfraquecer minha atuação dentro do parlamento.

☐ Sim 

☐ Não 

→ *Você pode ter sido vítima de violência processual (lawfare)*

5) Fui chamada de “agressiva” ao expressar posicionamentos. Sofri piadas sobre minha raça, identidade de gênero, orientação sexual, gestação, idade, deficiência, cabelo, corpo, traços étnicos, roupas ou aparência.

☐ Sim 

☐ Não 

→ Você pode ter sido vítima de violência à identidade, condição e raça.

6) Fui alvo de contatos físicos não consentidos, exposição de fotos ou conversas íntimas e comentários que relacionavam minha atuação política a interesses ou trocas sexuais.

☐ Sim 

☐ Não 

→ Você pode ter sido vítima de assédio sexual.

7) Fui alvo de calúnias, difamações ou injúrias com a intenção de manchar minha imagem e prejudicar o exercício do meu mandato.

☐ Sim 

☐ Não 

→ Você pode ter sido vítima de violência moral

8) Sofri agressões físicas, empurrões, arremesso de objetos, lesões corporais, maus-tratos ou outras formas de violência contra minha integridade física.

☐ Sim 

☐ Não 

→ Você pode ter sido vítima de violência física

Se isso atravessa sua atuação política, você não está sozinha. O que você está vivendo é violência política de gênero e raça. É crime. Denuncie e busque apoio.

Você não está sozinha.

Orientações para registrar e agir

Informação, apoio e redes também são parte do enfrentamento à violência política de gênero e raça. Conhecer seus direitos, os canais de denúncia e contar com uma rede de apoio são passos importantes nesse processo. **A Rede A Ponte apoia você com orientação, informações sobre direitos e canais de denúncia.**

1 PARE E REGISTRE TUDO

Este é um passo importante. **Salve prints de mensagens, links de posts, e-mails, áudios e vídeos.** Em casos de ameaça por telefone, procure registrar a ligação. Em situações de agressão física, **busque atendimento médico e registre o ocorrido.** As provas são fundamentais para a denúncia.

2 COMUNIQUE SUA REDE

Avise uma pessoa de confiança na sua assessoria, no seu partido ou um familiar próximo. Ter pessoas que possam acompanhar você e confirmar o que aconteceu será importante ao longo do processo.

3 AVALIE A DENÚNCIA

Com as provas em mãos, **avale por qual canal a denúncia pode ser realizada**. É importante tomar essa decisão com apoio, informação e segurança.



Conheça instituições nacionais que podem receber sua denúncia

Você não precisa enfrentar isso sozinha. Reúna provas e busque os canais institucionais disponíveis, como a Procuradoria da Mulher na sua Casa Legislativa ou órgãos do sistema de justiça. A seguir, indicamos algumas dessas opções.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Ouvidoria Nacional da Mulher disponível no portal do CNJ.

 (61) 2326-4615
(atendimento das 13h às 18h)

Ministério das Mulheres / Central de Atendimento à Mulher

 180 ou WhatsApp: (61) 9610-0180

 central180@mulheres.gov.br

Atendimento em Libras disponível no portal do Ministério das Mulheres.

Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

 Contato telefônico: (61) 3315-9468 / 3315-9467
WhatsApp: (61) 3366-9229

Procuradoria-Geral Eleitoral

Canal de denúncias disponível na Sala do Cidadão do MPF.

 Telefone: (61) 3105-5602 / (61) 3030-7736/3030-7737

Defensoria Pública da União (DPU)

Atendimento disponível no portal da DPU e pelo aplicativo DPU Digital

 www.dpu.def.br

Ministério da Justiça e Segurança Pública / Polícia Federal

Denúncias podem ser realizadas por meio do canal Comunica PF:

 www.gov.br/pf

Permanecer na política sem medo é um direito inegociável

A violência Política de Gênero e Raça não é apenas um ataque à parlamentar, é um ataque à democracia. Toda mulher que ocupa um espaço de poder, seja no Legislativo, no Executivo, nos movimentos sociais ou nas instituições, conhece as formas usadas para ser silenciada, constrangida ou deslegitimada por causa de quem ela é. Mas esse ataque não chega igual para todas: **a raça estrutura como a violência acontece**, com que intensidade ela se repete e com que facilidade ela é apagada.

Nomear a raça não é restringir o debate, é honrar os dados, as histórias e os corpos que mais pagam o preço dessa exclusão. Nós, da Rede A Ponte, entendemos que enfrentar a violência política é, antes de tudo, um compromisso com

uma democracia que ainda está por ser construída e que só será real quando todas puderem permanecer.



A violência política de gênero e raça ameaça mandatos, direitos e a democracia

Escaneie o QR Code e conheça os dados, impactos e estratégias de enfrentamento à VPGR:



Violência Política de Gênero e Raça no Legislativo Municipal:

Diagnóstico, Enfrentamento e Incidência